



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público (IPSAS na base de caixa).***

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa	5
2. Demonstração do Desempenho Orçamental.....	6
3. Notas Explicativas	7
Nota 1: Contexto Operacional.....	7
Nota 2: Políticas Contabilísticas.....	7
Nota 3: Abrangência.....	8
Nota 4: Data da Autorização.....	8
Nota 5: Das Receitas e Despesas.....	8
Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa.....	9
Nota 7: Impostos.....	9
Nota 8: Contribuições para Segurança social	9
Nota 9: Transferências	10
Nota 10: Outras Receitas do Estado	10
Nota 11: Outros Recebimentos	11
Nota 12: Pessoal e Encargos.....	11
Nota 13: Aquisição de bens e serviços	12
Nota 14: Juros e outros encargos	12
Nota 15: Subsídios	13
Nota 16: Transferências.....	13
Nota 17: Benefícios Sociais.....	14
Nota 18: Outras Despesas do Estado	14
Nota 19: Adiantamentos por regularizar	14
Nota 20: Outros Pagamentos	15
Nota 21: Venda de ativos não financeiros.....	15
Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização	15
Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos.....	16
Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros.....	16
Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição.....	16
Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno	16
Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno.....	17
Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno.....	18
Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo	19
Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing.....	19
Nota 32: Saldo Inicial e Final de Caixa.....	19

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Mapa do IPSAS - Demonstrativo de Fluxo de Caixa	2021	2022	Referência
Fluxos Operacionais			
Recebimentos	54 125 834 849	66 983 038 537	
Impostos	34 015 752 111	44 146 243 516	7
Segurança Social	78 433 425	81 668 163	8
Transferências	3 984 866 260	2 131 012 918	9
Outras Receitas do Estado	6 445 952 575	6 304 377 264	10
Outros recebimentos (terceiros)	9 600 830 478	14 319 736 676	11
Pagamentos	64 608 439 470	75 329 197 316	
Despesas com pessoal	22 143 729 589	21 984 732 430	12
Aquisição de bens e serviços	9 982 191 322	10 420 391 295	13
Juros e outros encargos	4 256 418 986	5 375 603 502	14
Subsídios	814 025 442	1 964 703 215	15
Transferências	5 535 550 450	5 646 836 142	16
Benefícios Sociais	9 267 171 939	9 009 861 343	17
Outras Despesas	1 922 928 111	2 876 854 894	18
Adiantamentos por regularizar	620 338 300	866 903 018	19
Outros pagamentos (terceiros)	10 066 085 331	17 183 311 477	20
Fluxo Líquido Operacional	-10 482 604 621	-8 346 158 779	
Fluxos de Investimentos			
Recebimentos	4 432 013 896	3 693 616 001	
Venda activos não financeiros	682 690 740	436 993 371	21
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	2 400 954 662	197 532 651	22
Depósitos Certif. Depósito Poupan Mi - Levantamentos	1 348 368 494	3 059 089 979	23
Pagamentos	7 094 538 622	8 423 214 504	
Compra de activos não financeiros	5 036 570 484	4 631 419 958	24
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	837 798 822	2 716 311 066	25
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	1 220 169 316	1 075 483 480	26
Fluxo Líquido Investimento	-2 662 524 726	-4 729 598 503	
Fluxos de Financiamento			
Recebimentos	37 473 738 706	34 586 608 300	
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	24 102 624 661	22 323 473 703	27
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	13 371 114 045	12 263 134 597	28
Pagamentos	18 137 881 074	21 245 605 921	
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	14 162 868 666	13 645 935 521	29
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	3 835 910 714	7 479 266 294	30
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	139 101 694	120 404 106	31
Fluxo Líquido Financiamento	19 335 857 632	13 341 002 379	
Fluxo Líquido Total	6 190 728 285	265 245 096	
Saldo Inicial de Caixa	633 200 000	2 007 549 781	32
Saldo Final de Caixa	2 007 549 781	3 894 356 719	32

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Mapa do IPSAS - Demonstrativo Desempenho Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Realizadas	% Inicial	% Atual
Receitas operacionais					
Impostos	41 183 519 126	41 183 519 126	44 146 243 516	107,2%	107,2%
Segurança Social	70 893 545	70 893 545	81 668 163	115,2%	115,2%
Transferências	3 981 617 061	6 034 511 874	2 131 012 918	53,5%	35,3%
Outras receitas	12 960 221 099	12 960 221 099	6 304 377 264	48,6%	48,6%
Outros recebimentos			14 319 736 676	-	-
Soma das Receitas operacionais	58 196 250 831	60 249 145 644	66 983 038 537	115,1%	111,2%
Receitas (vendas) dos Ativos e Passivos					
Ativos Fixos	407 700 000	407 700 000	436 993 371	107,2%	107,2%
Ativos Fixos	97 700 000	97 700 000	12 491 850	12,8%	12,8%
Recursos naturais	310 000 000	310 000 000	424 501 521	136,9%	136,9%
Soma Venda de Ativos e Passivos	407 700 000	407 700 000	436 993 371	107,2%	107,2%
Total das Receitas	58 603 950 831	60 656 845 644	67 420 031 908	115,0%	111,1%
Despesas Operacionais					
Despesas com pessoal	24 326 108 402	24 577 261 223	21 984 732 430	90,4%	89,5%
Aquisição de bens e serviços	12 390 374 375	15 138 499 723	10 420 391 295	84,1%	68,8%
Juros e outros encargos	5 541 327 333	5 426 327 333	5 375 603 502	97,0%	99,1%
Subsídios	1 007 946 597	1 987 270 396	1 964 703 215	194,9%	98,9%
Transferências	6 662 655 164	6 666 445 352	5 646 836 142	84,8%	84,7%
Benefícios Sociais	8 316 418 159	9 200 541 972	9 009 861 343	108,3%	97,9%
Outras Despesas	3 867 573 069	3 356 711 952	2 876 854 894	74,4%	85,7%
Adiantamento por regularizar			866 903 018	-	-
Outros pagamentos			17 183 311 477	-	-
Soma das Despesas operacionais	62 112 403 099	66 353 057 950	75 329 197 316	121,3%	113,5%
Compra de Ativos e Passivos					
Ativos Não Financeiros	14 988 552 265	14 395 142 252	5 166 591 874	34,5%	35,9%
Ativos Não Financeiros	10 625 075 139	11 230 797 580	4 631 419 958	43,6%	41,2%
Ativos Financeiros	-4 363 477 126	-3 164 344 672	-535 171 916	12,3%	16,9%
Soma Compra de Ativos e Passivos	14 988 552 265	14 395 142 252	5 166 591 874	34,5%	35,9%
Total das Despesas	77 100 955 364	80 748 200 203	80 495 789 190	104,4%	99,7%
Saldo Global	-18 497 004 533	-20 091 354 559	-13 075 757 283	70,7%	65,1%
Passivos Financeiros - novo financiamento					
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	35 897 594 361	37 491 944 390	34 586 608 300	96%	92%
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	19 808 334 114	19 817 734 114	22 323 473 703	113%	113%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	16 089 260 247	17 674 210 276	12 263 134 597	76%	69%
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento					
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	17 400 589 831	17 400 589 831	21 245 605 921	122%	122%
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	9 004 545 167	8 634 545 167	7 479 266 294	83%	87%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	8 211 044 664	8 581 044 664	13 645 935 521	166%	159%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	185 000 000	185 000 000	120 404 106	65%	65%
Financiamento Líquido	18 497 004 532	20 091 354 559	13 341 002 379		
Saldo Total	0	0	265 245 096		

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e contabilidade pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei nº 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo (SIGOF) e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do IV trimestre de 2022 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por duas Agência Reguladoras, perfazendo um total de 78 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 1/2022, de 05 de janeiro de 2022.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 23 (incluindo as estruturas que compõem a Chefia do Governo)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 47
- Entidades Reguladoras - 2

Nota 4: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 15 de fevereiro de 2023 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial.

Nota 5: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (registadas na conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2022, aprovado a 05 de janeiro de 2022.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo, na sua maioria, efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2022, aprovado a 05 de janeiro de 2022.

Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetas a Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 7: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
DGCI	18 709	0	18 709	14 640
DGA	25 438	0	25 438	19 376
Total de Impostos	44 146	0	44 146	34 016

No quarto trimestre de 2022, registrou-se um aumento de receita de impostos na ordem dos 29,8%, quando comparado aos dados do trimestre homólogo. Este acréscimo deriva das variações positivas dos impostos sobre rendimentos em 9,8%, do tributo especial unificado em 44,5%, dos impostos sobre bens e serviços em 41,9%, dos impostos sobre transações internacionais em 27,0% e outros impostos em 21,1%. As receitas da DGCI representaram 42,4% do total dos impostos e as arrecadadas pela DGA totalizaram os 57,6%.

Nota 8: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	81	0	81	78
Outras contribuições	1	0	1	1
Total de Contribuições	82	0	82	78

As receitas advenientes da segurança social, em dezembro de 2022, apresentaram um acréscimo de 4,1%, em face ao período homólogo de 2021. A sub-rubrica contribuições para a caixa de aposentações e pensões respondem por 99,2% do total da arrecadação das contribuições para a segurança social.

Nota 9: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Governos Estrangeiros	1 167	174	1 341	3 073
Organismos Internacionais	351	50	401	489
Administrações Públicas	73	315	389	423
Total de Transferências	1 592	539	2 131	3 985

O agrupamento económico das transferências apresentou um decréscimo na ordem dos 46,5%, comparativamente ao período homólogo, sendo a rubrica governos estrangeiros representando 62,9% e os organismos internacionais 18,8% do total de arrecadação desta receita. Concerne as administrações públicas o peso remanescente de 18,2% do total.

Nota 10: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Rendimentos de propriedade	124	212	336	1 216
Venda de bens e serviços	3 249	2 033	5 282	3 767
Multas e outras penalidades	257	7	264	166
Outras transferências	42	80	122	66
Outras receitas diversas e não especificadas	229	71	301	1 231
Total de Outras Receitas	3 901	2 403	6 304	6 446

No trimestre em análise, a rubrica outras receitas registaram um decréscimo de 2,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, através da performance das sub-rubricas que compõem os principais elementos desse agregado de receitas:

- i. venda de bens e serviços, que aumentaram 40,2% (+1.514,5 milhões de CVE), devido a variação positiva, nomeadamente na taxa de segurança aeroportuária, das taxas de serviços de passaportes, dos serviços de secretaria, das taxas de serviços policiais, dos emolumentos pessoais dos serviços de polícias e fronteiras, dos emolumentos e custas dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais de serviços aduaneiros e guarda-fiscal, das outras taxas diversas, das taxas de serviços de título de residência de estrangeiro e das outras taxas de outros serviços;
- ii. verificou-se uma variação homóloga positiva nas receitas com multas e outras penalidades em +98,0 milhões de CVE;

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

- iii. um aumento na rubrica outras transferências (+83,7%; +55,7 milhões de CVE), especificamente nas arrecadações com receitas de outras transferências correntes e dos serviços consulares;
- i. em contrapartida, registou-se uma diminuição na arrecadação das outras receitas diversas e não especificadas em -75,6% (-930,0 milhões de CVE). E das receitas com rendimentos de propriedade em -879,7 milhões de CVE, derivado, essencialmente, da diminuição nos recebimentos de rendas de outras concessões e dos dividendos.

Nota 11: Outros Recebimentos

No agrupamento “outros recebimentos” enquadra-se os recebimentos por conta de terceiros e que são depositados no Tesouro, nomeadamente, cauções e contas de entidades externas ao Governo abertas no banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até dezembro de 2022, registou-se um total de recebimentos de 14.319,7 milhões de CVE, enquanto que no mesmo período em 2021 o valor recebido foi de 9.600,9 milhões de CVE.

Nota 12: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração	Fundos e	Agregado	
	Direta	Serviços Autónomos	2022	2021
Pessoal e encargos	2022	2022	2022	2021
Remunerações certas e permanentes	14 299	5 649	19 949	20 287
Encargos com a segurança social	1 480	556	2 036	1 857
Total Pessoal e encargos	15 780	6 205	21 985	22 144

No quarto trimestre de 2022, as despesas com pessoal e encargos representaram 25,5% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 15.779,5 milhões de CVE, sendo que as Remunerações certas e permanentes respondem a 90,7% do total desta rubrica e os Encargos com a segurança social 9,3%. Estão incluídos nesse grupo, a remuneração do pessoal ativo e subsídios.

Compreende ainda, as obrigações laborais de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

A Administração direta corresponde a 71,8% do total de despesas desta rubrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 28,2%. Comparando o ano de 2022 com o ano de 2021, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos diminuíram 0,7% (-159,0 milhões de CVE).

Nota 13: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Aquisição de bens	1 856	1 624	3 480	3 823
Aquisição de serviços	5 222	1 718	6 940	6 160
Total aquisição de Bens e serviços	7 078	3 343	10 420	9 982

A rubrica aquisição de bens e serviços, quando comparado com mesmo período do ano de 2021, apresentou um aumento de 4,4%, correspondendo a um peso de 17,9% do total das despesas, situando-se em 10.420,4 milhões de CVE.

Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 33,4% e a aquisição de serviços 66,6% do total de despesas desta rubrica económica.

Nota 14: Juros e outros encargos

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Juros da dívida Externa	2 006	0	2 006	942
Juros da dívida Interna	3 330	0	3 330	3 236
Outros Encargos	40	0	40	78
Total de juros e encargos	5 376	0	5 376	4 256

Comparando-se o quarto trimestre de 2022 com o de 2021, verificou-se um aumento de 26,3% da rubrica juros e outros encargos. Esta performance, deveu-se ao acréscimo nas despesas com os juros da dívida pública externa em 112,9% (+1.063,8 milhões de CVE) derivado do término da moratória concedida pelos credores para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países vulneráveis, dando-se início ao normal pagamento das dívidas vincendas, bem como a regularização das moratórias recebidas e do aumento juros da dívida pública interna em 2,9% (+93,5 milhões de CVE), consequência de novas emissões ocorridas nos anos transatos e no ano em análise.

Nota 15: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	545	0	545	111
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	656	764	1 420	704
Total de subsídios	123	764	1 965	814

Em dezembro de 2022, a rubrica subsídios apresentou um aumento de 141,4% quando comparado com o mesmo período do ano transato, em decorrência da sub-rubrica subsídios às empresas privadas não financeiras, que apresentou um aumento de 716,3 milhões de CVE, em face ao período homólogo de 2021. Pese embora a diminuição dos subsídios transferidos no âmbito da Resolução n.º 54/2021 de 16 de abril (resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas), regista um aumento dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções n.º 28/2022 de 25 de março e n.º 64/2022, de 10 de junho.

Nota 16: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Para Governos Estrangeiros	69	83	152	108
Organismos Internacionais	94	3	96	177
Administrações Públicas	5 278	121	5 399	5 251
Total de Transferências	5 440	206	5 647	5 536

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas, até dezembro de 2022, foi de 5.546,8 milhões de CVE, representando um aumento de 111,3 milhões de CVE, relativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as transferências destinadas a fazer face aos compromissos das administrações públicas correspondem a 95,6% do total das transferências, seguido das despesas para os governos estrangeiros e os organismos internacionais com 2,7% e 1,7%, respetivamente.

Nota 17: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Pensões e Reformas	6 164	1 761	7 925	7 420
Evacuações de Doentes	85	347	432	1 490
Outros Benefícios Sociais em Numerário	605	46	650	357
Benefícios Sociais Em Espécie	2	1	3	
Total de Benefícios Sociais	6 855	2 155	9 010	9 267

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 9.009,9 milhões de CVE. Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 88,0% foi canalizado para pensões e reforma. As pensões de aposentação e as pensões do regime não contributivo, cifraram em 7.925,2 milhões de CVE e 1.920,8 milhões de CVE, respetivamente, representando 66,6% e 21,3% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga negativa de 56,2% (-834,3 milhões de CVE), impulsionado principalmente pela diminuição na execução dos projetos de rendimento social de Inclusão e estágios profissionais.

Nota 18: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Seguros	27	28	55	66
Partidos Políticos	74	0	74	73
Organizações não governamentais	616	127	743	169
Restituições	299	2	301	382
Indeminzações	565	0	565	248
Outras Despesas	419	721	1 139	985
Total de Outras Despesas	1 999	878	2 877	1 923

No que se refere a rubrica “Outras despesas do Estado”, estas registaram um agravamento no montante de 953,9 milhões de CVE, quando comparado com o mesmo período em 2021. Esta performance decorreu, justificado, essencialmente, pelas transferências a instituições sem Fins lucrativos de 2022. A rubrica outras despesas do Estado correspondem a 4,9% do total de pagamentos efetuados pela Administração Central no terceiro trimestre de 2022.

Nota 19: Adiantamentos por regularizar

Esse agrupamento é referente aos adiantamentos efetuados aos órgãos de soberania e às embaixadas. A regularização decorrerá no processo de consolidação das contas públicas,

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

aquando da apresentação da conta de gerência. No período em análise a despesa por regularizar, situou-se em cerca de 866,9 milhões de CVE.

Nota 20: Outros Pagamentos

No agrupamento “outros pagamentos” enquadra-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro por conta de terceiros, utilizado os recursos destes depositados no Banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até dezembro de 2022, verificou-se um total de pagamentos de 17.183,3 milhões de CVE contra 10.066,1 milhões de CVE do ano de 2021.

Nota 21: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Ativos Fixos	428	9	437	683
Total Venda Ativos Não Financeiros	428	9	437	683

As vendas de ativos não financeiros cifraram-se em 437,0 milhões de CVE, registando um decréscimo de 36,0% (-245,7 milhões de CVE) comparativamente ao mesmo período do ano transato. Esta diminuição é devido a algumas vendas pontuais de ativos, que ocorreram no terceiro trimestre de 2021 e não se registrou em 2022.

Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Empréstimos Concedidos	198	0	198	2 401
Total de Empréstimos Concedidos	198	0	198	2 401

Esta rubrica engloba as operações de amortizações efetuadas por terceiros no âmbito de empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de amortização de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às empresas públicas e autarquias locais.

Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos

Refere-se a movimentações nas contas bancárias, decorrente de saldos que foram utilizados para financiamento das despesas correntes. O total de saldos acumulado nesse trimestre é de 3.059,1 milhões de CVE.

Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros

Compra Ativos não financeiros	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Ativos fixos	4 035	537	4 573	4 973
Existências	0	2	2	1
Recursos naturais	50	7	57	63
Total de Compra Ativos não financeiros	4 085	546	4 631	5 037

No quarto trimestre de 2022, a compra dos ativos não financeiros, registou um total de 4.631,4 milhões CVE, o que representa uma diminuição de 8,0% (-405,2 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo. Esta performance, resulta do decréscimo da aquisição de ativos fixos e ativos de recursos naturais, que ocorreram no terceiro trimestre de 2021, mas não registraram no mesmo período de 2022.

Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
NEWCO	881	0	881	630
FUNDO PARCIAL DE GARANTIA	321	0	321	0
TACV	1 175	0	1 175	0
OUTROS	340	0	340	208
Total de Ações e Outras Participações	2 716	0	2 716	838

O total das ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o quarto trimestre de 2022 totalizou os 2.716,3 milhões de CVE, um aumento de 1.878,5 milhões de CVE, em face ao ano de 2021. As participações são, maioritariamente, investimentos em empresas públicas.

Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Empréstimos Concedidos	1 075	0	1 075	1 220
Total de Empréstimos Concedidos	1 075	0	1 075	1 220

De janeiro a dezembro de 2022, o Governo concedeu 1.075,5 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, contra 1.220,2 milhões de CVE, no mesmo período homólogo de 2021.

Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno

Empréstimos Obtidos PMI - Aquisições	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Empréstimos Obtidos	22 323	0	22 323	24 103
Total de Empréstimo Interno	22 323	0	22 323	24 103

As contas de empréstimos internos estão classificadas conforme a origem do credor interno. Deste montante, a maior parcela 13.966,4 milhões de CVE refere-se a obrigações do tesouro, seguido de bilhetes do tesouro de 7.305,4 milhões de CVE. Verifica-se um aumento de 17,8% (+3.206,5 milhões de CVE) dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2021.

Nota 28: Empréstimos Obtidos – Mercado Externo

Empréstimos Obtidos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Multilateral	12 108	0	12 108	12 829
BAD	3 399	0	3 399	3 039
BADEA	34	0	34	57
BM/IBRD	0	0	0	0
FIDA	126	0	126	192
OPEC	693	0	693	2
BM/IDA	6 274	0	6 274	6 492
IMF	1 584	0	1 584	3 047
Bilateral	155	0	155	472
Austria	0	0	0	184
AFD	0	0	0	0
Belgica	0	0	0	0
FUNDO KUWAIT	88	0	88	227
ICO	0	0	0	0
JICA	67	0	67	60
OUTROS	0	0	0	0
Comercial	0	0	0	70
KBC	0	0	0	70
Total de Empréstimos Obtidos	12 263	0	12 263	13 371

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral, bilateral e comercial. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 98,7% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 6.273,6 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, educação e tecnologia de informação, turismo, transporte, saúde e energia

Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno

Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Empréstimos Obtidos	13 646	0	13 646	14 163
Total de Empréstimos Obtidos	13 646	0	13 646	14 163

Em dezembro de 2022, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 13.645,9 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 3,6% (+516,3 milhões de CVE),

comparativamente ao mesmo período do ano transato, reflexo do perfil de amortização dos títulos que constituem o portfólio da dívida interna.

Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Amortização de Empréstimo Externo	7 479	0	7 479	3 836
Total de Amortização de Empréstimo Externo	7 479	0	7 479	3 836

Comparando-se o quarto trimestre de 2022 com o de 2021, verificou-se um aumento no total de amortização do empréstimo externo em +3.643,4 milhões de CVE (+95,0%), cifrando-se em 7.479,3 milhões de CVE.

Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2022	2022	2022	2021
Amortização de Empréstimo Leasing	120	0	120	139
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	120	0	120	139

Relativamente a amortização de empréstimos leasing (decorrente da política de aquisição de viaturas do Estado), estes assinalaram uma variação homóloga negativa de 13,4% (-18,7 milhões de CVE).

Nota 32: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 2.007,5 milhões de CVE tendo encerrado com 3.894,4 milhões de CVE em 30 de dezembro de 2022.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado nos demonstrativos financeiros diz respeito somente ao saldo da conta única do Tesouro do orçamento do Estado e cuja informação é estimada através das estatísticas do BCV. De observar que as estatísticas relativamente a 2022 ainda estão em processo do apuramento por parte daquela instituição. O saldo definitivo será reportado aquando da apresentação da Conta Geral do Estado para 2022.